

## **MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS**

***Mauro Antunes de Almeida***

### **Promotor de Justiça aposentado na entrância especial**

Ingressei no Ministério Público em 1980, sendo nomeado, em 11 de setembro desse ano, como 1º Promotor de Justiça Substituto de Guaratinguetá. Na época, o Procurador-Geral de Justiça era o Dr. João Severino de Oliveira Peres, e o Corregedor Geral era o Dr. Arthur Cogan.

Escolhi ser Promotor de Justiça por influência do meio onde trabalhava. Nasci em Jacupiranga, pequena cidade no litoral sul do Estado de São Paulo. Meus pais trabalhavam no campo e, posteriormente, mudaram residência para a cidade, onde meu pai passou a exercer a profissão de comerciante. Nessa cidade fiz os primeiros estudos, até o ginásio. Depois, por falta de recursos no local, tive que procurar outros centros, e, ainda jovem, deixei a família e, após circular por vários lugares, fixei-me na Capital do Estado onde, em 1967, após concurso, fui nomeado escrevente judiciário, com exercício no Fórum Cível João Mendes Jr. A partir daí, com o contato direto com Promotores, Juízes, Advogados, passei a me interessar pelo Direito e, em pouco tempo, estava cursando a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde me bacharelei.

O concurso para Promotor foi muito difícil. Para melhor me preparar, fiz cursinho (Damásio). Após o expediente de trabalho, cansado, dirigia-me ao curso preparatório, que era próximo, assistia às aulas, e, ao chegar em casa, estudava até de madrugada. Isso por cerca de seis meses. Foi-me um grande sacrifício e, também, para minha família. Mas valeu a pena.

Na minha primeira comarca, Guaratinguetá, como substituto, fui bem recebido pelos colegas Promotores e pelos Juízes, recebendo todo apoio e ajuda, material e psicológica. Isso foi de grande valia, tendo servido de grande estímulo para a carreira.

Praticamente, fiquei dois anos como substituto, o que me deu bastante experiência e preparo. Em dezembro de 1980 fiz dois júris em Guaratinguetá. Ainda estava novo na carreira e o primeiro júri foi uma experiência que jamais esqueci. Uma mistura de medo, nervosismo e uma vontade de superar tudo isso, insuflado pela garra de ser Promotor. Depois do primeiro, todos são iguais. Mas não fiquei muito fã da área.

Fui substituto quase um ano no Vale do Ribeira e testemunhei a dificuldade que era trabalhar na região: carência de tudo, dificuldade de transporte e acesso difícil e perigoso, número elevado de processos parados por anos e de difícil solução. O atendimento ao público, numeroso, se resumia mais a questões trabalhistas, que na época eram feitas pelo Promotor. E, para agravar, não existia

computador. Nada eletrônico. Só a velha máquina de escrever manual, com cópias feitas em papel carbono.

Em 1982 fui promovido para Santa Branca, comarca de 1ª. Entrância perto de Jacareí. Era uma cidade pequena, havia menos serviço, mas eu acumulava outras comarcas, como Arujá, Paraibuna, Jacareí, Santa Izabel e outras, onde o atendimento ao público era volumoso e tomava muito tempo, pois ninguém ajudava no atendimento e ainda havia as audiências e os processos para serem analisados.

Em 1984 fui promovido para a 2ª Promotoria de Justiça de Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, onde fiquei até 1987. A região era bastante desenvolvida, mas as condições de trabalho do Promotor ainda eram muito difíceis. Como sempre, o Promotor era sozinho e tinha que se desdobrar no atendimento ao público e frequência às audiências. Grande parte dos processos e inquéritos tinham que ser levados para casa para serem trabalhados. E ainda prestava serviços em outras comarcas.

Nessa época ocorreu o famoso congelamento de preços, do presidente Sarney, acarretando uma correria na Comarca, com o povo sendo tomado por um "patriotismo" incomum, exigindo prisões dos comerciantes violadores das tabelas de preços estabelecidos, com prisões ilegais, desaparecimento de mercadorias, tudo a exigir, muitas vezes, a presença do Promotor.

Em junho de 1987 fui promovido para a 3ª. Promotoria de Justiça de Limeira, onde fiquei até o final de 1994. Uma comarca trabalhosa, com um volume de inquéritos impressionante. Além disso, eu atuava como Curador de Menores, uma área que, infelizmente, já naquele tempo, oferecia muitos problemas e poucas chances de solução, pois dependia muito de infraestrutura e boa vontade dos governantes.

No início de 1995 fui promovido para o cargo de 69º. Promotor de Justiça da Capital. Em 21 de fevereiro de 1995 foi publicada a minha aposentadoria.

A promoção de uma comarca para outra sempre era acompanhada de expectativas e preocupações. Eu levava sempre toda a família. Isso exigia sempre procura de residência e, após, trabalhosas mudanças e um longo período de adaptação. E os filhos, pequenos, eram os que mais sentiam, pois quando se acostumavam a um local, tinham que mudar, reiniciando todo o ciclo.

Além disso, você ficava sempre imaginando como seriam as novas condições de trabalho, como seria o pessoal, as instalações, a cidade.

Na verdade, não queria me aposentar na época requerida. No entanto, eu já estava estabelecido em Limeira, com casa própria e com netos aqui nascidos. Mudar para São Paulo, onde vivi por cerca de 15 anos, estava fora de cogitação, pois teria que largar tudo aqui,

vender o que tinha para comprar na capital. E, por outro lado, viajar todo dia para trabalhar era por demais cansativo. Daí a aposentadoria.

Hoje, sou realmente aposentado, na acepção do termo. Dedico-me à família, curtindo os netos, casa de praia e muita leitura. Não só jurídica, mas qualquer leitura de um bom livro me é um bom passatempo. Tenho carteira da OAB, mas não me animo a exercer.

Hoje, com as condições de trabalho totalmente diferentes, talvez não me aposentasse, pois era muito bom ser Promotor. Faria carreira.